

Resumo de notícias econômicas

21 de junho de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 114

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA:

21 DE JUNHO DE 2021

Crise expõe falhas do modelo elétrico

Folha de São Paulo

Em meio à pior crise hídrica dos últimos 90 anos, o País volta a discutir os riscos de ter apagões e de apelar a um racionamento – alternativa encontrada para a crise em 2001. Falhas no planejamento e na operação do sistema elétrico, bem como no modelo de formação de preços de energia, são apontadas como as causas por trás da situação que já afeta a inflação, ameaça o crescimento econômico e pode até colocar em xeque o projeto de reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Presidente da PSR, maior consultoria de energia do País, Luiz Barroso afirma que o planejamento do setor é centrado na chamada garantia física, indicador que traduz quanto uma usina contribui para a segurança do suprimento. “O problema é que, no Brasil, a garantia física nem garante, nem é física”, diz. Ele explica que a garantia física é calculada com base em modelos computacionais que precisam ser aperfeiçoados – a metodologia foi definida em 2004. “Ela não representa a expectativa de produção de uma usina, e sim seu valor econômico ao sistema”, diz. Um exemplo é Belo Monte, no Pará, que tem uma garantia física de 4.571 megawatts médios. O número não representa com precisão a característica de uma usina a fio d’água e que depende das chuvas: nos meses úmidos, gera o triplo da energia produzida em meses mais secos, em que a capacidade é de 1.963 megawatts médios. Isso significa que, nos meses úmidos, Belo Monte gera o suficiente para abastecer famílias e empresas dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nos secos, a produção é capaz de suprir apenas Pernambuco.

Se não traduz o que ocorre com a geração de energia, a garantia física é usada como referência para o quanto elas podem vender em contratos – ou seja, possui importância comercial. É por isso que há resistência a qualquer iniciativa do governo de recálculo das garantias físicas e de ajuste desses números para patamares mais realistas.

Nos últimos 20 anos, destaca Barroso, houve só uma revisão, em 2017, e ainda assim muitas empresas foram à Justiça para não perder receita. Uma garantia física

superestimada, como a que o País tem hoje, significa, também, menor necessidade de contratação de mais usinas em leilões para ofertar energia porque o sistema diz que a quantidade é suficiente.

Além disso, o modelo de cálculo de preços, também usado para estimar a garantia física, não representa em detalhes o parque gerador. Tampouco é alimentado com dados relativos às mudanças climáticas, que afetam as chuvas, e ao uso múltiplo das águas. Outro fator que a Barroso destaca é que a performance das hidrelétricas tem sido pior do que o esperado já há alguns anos. Em 2012, a sua consultoria estimou que as usinas gastavam 4% a mais de água do que o necessário para produzir um mesmo megawatt-hora – hoje, gastam 2%, nível ainda ruim. Entre as hipóteses, estão assoreamento de reservatórios, turbinas antigas e até roubo de água para irrigação e piscicultura, além de restrições não capturadas no modelo de planejamento.

“Em muitas usinas, não conseguimos armazenar mais água porque precisamos manter um fluxo mínimo de água para atender outros usos. E isso não é bem representado no cálculo da garantia física pela simplificação do modelo”, diz. “Em momento de estresse, o ideal é fechar o ralo para encher a pia, mas isso não é simples.”

Para ele, o sistema vai mudar, com hidrelétricas como bateria, compensando a geração das fontes intermitentes, como solar e eólica. “As renováveis ajudam a compensar a variabilidade das hidrelétricas”, afirma. O ex-diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) Luiz Eduardo Barata concorda. Ele defende a expansão do parque de eólicas e solares. “As térmicas nos ajudam a reduzir esse tipo de problema, mas continuo achando que não são a solução. Precisamos colocar mais fontes renováveis, como eólica e solar, a ponto de recuperar os níveis dos reservatórios”, afirma.

Setor de energia será impactado com agravamento da crise hídrica

O Estado de S. Paulo

A perspectiva de agravamento da crise hídrica no País preocupa investidores, que preveem impacto nos resultados financeiros de geradoras e distribuidoras de

energia, com a dificuldade para a produção de energia e a queda na demanda como consequência do aumento nas tarifas para o consumidor. O cenário deve reduzir a atratividade do setor na Bolsa nos próximos meses, porque abala a previsibilidade de receitas que costuma chamar a atenção do mercado financeiro.

Os analistas da Genial Investimentos Vitor Sousa e Gabriel Tinem afirmam que o setor de geração é conhecido por ter receitas estáveis, com contratos de longo prazo reajustados por índices inflacionários. Porém, a “pedra no sapato” das geradoras é justamente a falta de chuvas, que afeta o negócio das usinas hidrelétricas.

“O regime de chuvas dos últimos anos têm ficado em níveis muito inferiores aos históricos – especialmente perigoso para um sistema com aproximadamente 70% da sua capacidade exposta a hidrelétricas”, escrevem Sousa e Tinem em relatório. Para eles, a combinação do baixo nível dos reservatórios com o regime de chuvas desfavorável cria um cenário desafiador para os preços. Como têm de cumprir contratos, as empresas comprarão energia de terceiros com alto custo.

Para Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, a perspectiva de agravamento da crise hídrica e de novos aumentos na conta de luz deve ter uma influência mais visível sobre os resultados das empresas de energia no terceiro trimestre. “Tais fatores se agravam quando analisamos que uma das maiores preocupações atualmente, em termos econômicos, é a inflação. Sobre a crise hídrica, vemos geradoras com maior exposição ao Sudeste apresentando dificuldades, como são os casos da AES Brasil e Cesp, porém, mantendo no radar uma possível racionalização, o que impactaria diretamente as distribuidoras”, diz.

Segundo ele, o debate em torno da privatização da Eletrobrás, que tem movimentado as expectativas para o setor, mostra a importância da empresa para a matriz energética brasileira. “A aprovação é necessária para que a estatal consiga se manter competitiva e suprir a demanda futura de energia do País. Porém, é preciso avaliar como o texto será aprovado e os impactos para a sociedade brasileira”, afirma.

BID apela a prefeituras por energia sustentável

O Estado de S. Paulo

Em março deste ano, a prefeitura de Araras, no interior de São Paulo, conseguiu com a Elektro a troca das lâmpadas de vapor de sódio da iluminação pública por modelos a LED. O convênio de cooperação entre o município e a concessionária previa a mudança em 1,4 mil pontos de luz. O prefeito Pedro Eliseu Filho (PSDB) estima que a iniciativa reduzirá a conta de luz em R\$ 1,6 milhão em quatro anos. A energia a ser poupada equivale ao consumo de 280 famílias durante um ano.

Para ajudar municípios a adotarem iniciativas com a de Araras, o BID está lançando uma campanha focada na retomada econômica de forma sustentável, orientada para a eficiência energética e o uso de fontes renováveis, como a energia solar. O objetivo é divulgar a plataforma Enerflix, que ajuda os municípios a usarem a eletricidade de forma mais eficiente, gerando economia no emprego do recurso ou adotando fontes mais limpas.

A campanha “Enerflix: valorizar a cidade, iluminar o futuro” apresenta os conteúdos da plataforma adaptados para diferentes níveis de conhecimento, podendo ser acessados também pelo público em geral. Para as prefeituras, com acesso livre e gratuito, a plataforma oferece cursos online, vídeos, e-books e outros materiais de apoio para a capacitação profissional dos servidores municipais. Também estão disponíveis encontros online com especialistas e gestores públicos para debater temas como eficiência energética, geração de energia solar, parcerias com universidades, alternativas para realizar projetos e seus benefícios econômicos, sociais e ambientais para a população.

Os usuários encontrarão ferramentas de simulação e um passo a passo para o desenvolvimento de projetos, com a indicação das principais linhas de financiamento disponíveis. São três frentes de ação: eficiência energética em edificações, iluminação pública e geração distribuída de energia elétrica.

Medidas simples, como a troca de lâmpadas convencionais por lâmpadas a LED na iluminação pública, podem reduzir em até 50% o consumo de energia. A lâmpada a LED ilumina melhor e não usa gases pesados em sua confecção, gerando menos resíduos danosos no descarte. Nos edifícios públicos, a setorização da iluminação e a geração

distribuída de energia elétrica permitem cortar custos aproveitando melhor a luz solar. Para se ter uma ideia do impacto, a conta de luz está entre as três maiores despesas da administração pública.

Outro exemplo está em Caxias do Sul (RS). Depois de atuar 16 anos na RGE, concessionária de energia que atende parte do Rio Grande do Sul, o eletricista Anilto Turella da Costa foi contratado pela prefeitura e usou o conhecimento adquirido do outro lado do balcão para reduzir a conta de energia elétrica de Caxias. Ao examinar as 340 contas de luz da administração, encontrou contratos defasados e outros problemas que encareceram as contas. O pente-fino poupou R\$ 250 mil no primeiro ano de mandato.

Outra ação foi a troca de 1,2 mil lâmpadas no edifício da secretaria municipal de Saúde por modelos a LED. Coube à RGE o investimento de R\$ 76,8 mil e, ainda, arcar com a mão de obra. Os custos de manutenção caíram, e a conta de energia baixou R\$ 55,6 mil por ano. Costa destaca outro benefício do projeto: “Nós tínhamos sobrecarga na subestação e, com o projeto, conseguimos evitar a necessidade de ampliar sua capacidade”.

Fortalecimento de Campinas como polo de tecnologia

Broadcast

Concentrando dezenas de filiais brasileiras das maiores empresas internacionais, dispondo de malha adequada de transportes viário e aéreo e sendo sede há muitos anos de importantes instituições de ensino e pesquisa, especialmente em áreas que produzem conhecimento nos segmentos que mais avançam no comércio mundial, a região de Campinas destacou-se ainda mais de outras regiões, inclusive do Estado de São Paulo, como principal polo de tecnologia do País. Dos investimentos de R\$ 6,1 bilhões anunciados para centros de pesquisa e desenvolvimento no Estado entre 2012 e 2020, a região administrativa de Campinas absorveu mais da metade, ou R\$ 3,3 bilhões, de acordo com levantamento realizado pela Fundação Seade. O município de Campinas, em particular, recebeu R\$ 2,4 bilhões desse valor.

A Região Metropolitana de São Paulo, formada pela capital do Estado e mais 38 municípios e principal polo econômico paulista e nacional, de sua parte, recebeu R\$ 2,2 bilhões em investimentos em centros de pesquisa e desenvolvimento no período.

Há muita diversificação entre as empresas que operam na região de Campinas. Mas boa parte delas pertence a segmentos que mais demandam tecnologia. Há indústrias automobilísticas, têxteis, metalúrgicas, alimentícias, farmacêuticas, petroquímicas, de telecomunicações, de informática e de química fina, entre outras. Foi instalado em Campinas o novo acelerador de partículas, considerado um dos mais modernos do mundo, no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Organização supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o CNPEM é responsável pela gestão dos Laboratórios Nacionais de Luz Síncrotron, de Biociências, de Biorrenováveis e de Nanotecnologia.

No período considerado pela Fundação Seade, o CNPEM recebeu investimentos de R\$ 1,8 bilhão, o maior valor para uma única instituição. O total da região foi completado por investimentos privados e de instituições oficiais, como a Embrapa.

Na Região Metropolitana de São Paulo, o maior investimento, de R\$ 614 milhões, destinou-se à expansão do centro de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Butantan, para desenvolvimento da vacina contra a dengue, em parceria com a Merck Sharp&Dohme.

Aporte na Bacia de Campos cai com empresas privadas

Broadcast

O investimento das petrolíferas que assumiram ativos da Petrobrás na Bacia de Campos não foi suficiente, até agora, para compensar o valor que a estatal deixou de investir na região desde que optou por priorizar o pré-sal. Juntas, PetroRio, Perenco, Trident Energy, BW e Dommo vão colocar US\$ 2,6 bilhões para tirar petróleo dos campos maduros da região, segundo cálculo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineepp). Menos da metade dos US\$ 5,6 bilhões que a estatal deixou de investir nessas áreas, de 2013 a 2018. Todo esforço da Petrobrás está concentrado, agora, em dois projetos da bacia. A empresa vai gastar US\$ 13 bilhões, até 2025, para revitalizar os campos de Marlim e Voador. A ideia é maximizar o potencial

desses ativos. » Queda da nobreza. No passado, eles eram chamados de supercampos e ocupavam lugar de destaque no portfólio da empresa. Agora, a Petrobrás está instalando tecnologias de recuperação com capacidade de elevar a produção, hoje em declínio. Nesta semana, a petroleira assinou com a NOV e a Baker Hughes dois contratos de fornecimento de linhas flexíveis para o projeto de revitalização da produção.

Marlim começou a operar em 1991 e é o campo com maior produção acumulada da Petrobrás - quase 3 bilhões de barris de petróleo equivalente. Por ser área madura, em fase de declínio, exige mais esforços da empresa.

Expansão da Renner

Broadcast

A Lojas Renner está determinada a avançar em fusões e aquisições, com um time próprio. Desde dezembro, tem reforçado a equipe de Novos Negócios com contratações para segmentos de desenvolvimento de negócios e planejamento estratégico. Em janeiro, atraiu uma nova diretora de M&A e reforçou a área com remanejamento de um funcionário para a gerência do segmento. Em abril e maio, anunciou no LinkedIn vagas de analista e especialista para a equipe. » Vem que tem. Na rede social profissional, o grupo é animado e divulga vagas com o mote: “Venha fazer parte da transformação do varejo de moda”. Não é para menos: a Renner captou R\$ 3,9 bilhões na oferta subsequente de ações em abril.

Na teleconferência sobre resultados do primeiro trimestre, o CEO, Fabio Faccio, disse que “os recursos trarão agilidade e flexibilidade para a captura de oportunidades digitais”. Também deveriam ser feitos movimentos orgânicos e, talvez, inorgânicos, mas ainda não havia “diligências ou tratativas iniciadas” em fusões e aquisições. A verdade, porém, é que essa área da Renner está a todo vapor.

Em relatório publicado na sexta-feira (18), analistas da XP apontam quatro áreas que devem ser do interesse da Renner: empresas de “moda digital”, “moda multicanal”, “digitais focadas em outras categorias” e “fintechs de tecnologia”. Na primeira categoria, listam Dafiti, Amaro e Privalia. Na categoria “empresas de moda multicanal”, citam a C&A. O relatório ainda menciona nomes como Centauro, Live!, Sallve e Passarela.

Em direção a sustentabilidade

Broadcast

De olho em mudanças esperadas no estilo de vida de consumidores e seus potenciais impactos econômicos, empresas brasileiras pretendem aprofundar os esforços em sustentabilidade nos próximos cinco anos. Quase 40% apontam o tema como principal prioridade de negócios no período, e pouco mais da metade pretende ampliar investimentos voltados a uma infraestrutura mais sustentável, como máquinas e fábricas. Os dados são de um estudo global da Accenture com executivos de alto escalão. No Brasil, foram ouvidos 180 profissionais.

As mudanças estão em linha com a forma como as empresas enxergam a sociedade no futuro. A maioria (82%) vê a ascensão de um grupo de “cidadãos responsáveis”, com potencial de impactar os negócios. A melhora do meio ambiente também é tema de preocupação para 73% dos entrevistados, junto aos cuidados em saúde (88%), por conta da pandemia.

Energia em baixa

Broadcast

A redução de vazão na usina Belo Monte entre janeiro e fevereiro fez com que a empresa deixasse de entregar 1.500 megawatts ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o que contribuiu com a queda de 2,5% nos volumes nos reservatórios da região Sudeste/Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento de água para gerar energia no País.

Modelos de estadia flexível atraem hotéis

Broadcast

O setor hoteleiro foi, sem dúvida, um dos mais afetados pela pandemia. Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) mostrou que, em março, a taxa de ocupação dos hotéis no Estado de São Paulo, foi de 19,18% em março. Algumas empresas optaram pelas plataformas de locação flexível (contratos de aluguel com duração mais curta que o padrão). Uma que aderiu em seu marketplace é a Housi,

que tem atingido 80% de ocupação média das unidades que disponibiliza em sua plataforma. A empresa fechou parceria com grandes marcas de hotéis pelo Brasil, como Staybridge Suites São Paulo, Blue Home by Blue Tree, Hilton São Paulo Morumbi, Transamérica Resort Comandatuba e Nacional Inn. Além de contar com a tecnologia da plataforma, eles podem vender estadias com tempo maior de hospedagem e acessar um público novo, que busca o conceito de moradia por assinatura da Housi.

Com o objetivo de facilitar as escolhas de quem viaja e gerar receita para empreendimentos e proprietários, a startup Migro é outra que aposta no setor hoteleiro. A plataforma disponibiliza em torno de 2 mil unidades, entre apartamentos, casas e vilas, todas localizadas em hotéis, flats, resorts ou condomínios com infraestrutura e serviços hoteleiros.

Segundo o fundador Sergio Assis, a hospedagem por temporada é uma tendência forte, mas a empresa não direcionou toda a estratégia para essa modalidade. “Desenvolvemos soluções em que oferecemos opções para quem deseja se hospedar em hotéis e resorts, mas também temos o modelo de locação por temporada como opção, pois estamos em uma fase de mudança de costumes no modo de se fazer reservas em meios de hospedagem”, ele fala.

Assis acredita, no entanto, que essa atividade será temporária no caso dos hotéis. “Assim que o ritmo de hospedagens voltar ao normal, não haverá tanta disponibilidade para esse negócio”, prevê. No momento, porém, a ideia acaba sendo uma fonte de renda para o mercado em baixa e ajuda a atender à demanda de um público específico. “O público é composto por profissionais liberais, como engenheiros, arquitetos e gestores de empresas de pequeno porte, que precisam se locomover para fazer negócios. Há uma procura significativa também pelas cidades do interior, sobretudo aquelas com potencial de negócios.”

A rede Louvre Group Hotels, responsável pela administração e comercialização das marcas Royal Tulip, Golden Tulip, Tulip Inn e Soft Inn no Brasil, criou uma campanha de mensalistas para quem quiser morar em um de seus empreendimentos. O serviço foi implementado em 15 de seus hotéis, distribuídos São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Norte e Alagoas e no Distrito Federal. “É uma estratégia que já era adotada pela rede”, explica o diretor Sandro Fonseca. Ele diz

ainda que esse formato de campanha foi implantado para os hotéis participantes por aqui, mas que na França existe uma nova bandeira que foi criada para atrair estadas de longa duração. “O foco principal são trabalhadores que precisam passar longos períodos em determinado local, mas a proposta atende a qualquer cliente que tenha essa necessidade”, diz. Outras vantagens, segundo ele, estão na ausência de burocracias e em facilidades como limpeza diária e serviço de quarto. As mensalidades podem variar de R\$ 1,5 mil a R\$ 5,7 mil, dependendo da localização.

Startup com foco na gestão de ativos residenciais, a Nomah desenvolveu o retrofit para o modelo de estadia flexível. “Hoje temos um hotel na região da Avenida Paulista que está passando pela transformação completa em um residencial”, diz Thomaz Guz, presidente da empresa. Ele conta que as áreas comuns foram adaptadas para uma operação guiada por tecnologia. Um dos pontos-chave é o controle de acesso: em vez de uma passagem aberta para a calçada, o empreendimento terá um hardware que permite a entrada de clientes que já tenham passado pelo processo de checagem online. Ou seja, um modelo tecnológico mais semelhante ao da portaria, ao invés de uma recepção tradicional de hotel.

A confiança volta às pequenas empresas

Broadcast

O alívio das restrições necessárias ao enfrentamento da pandemia e o aumento da oferta de vacinas estão devolvendo o otimismo a um dos segmentos mais afetados pelo avanço da covid19: o das micro e pequenas empresas (MPES). Em geral menos preparadas material e financeiramente para operar em crises, essas empresas foram muito afetadas no início do ano, quando o aumento rápido do número de contaminações e de mortes pelo coronavírus exigiu novas restrições. Em março, por isso, a confiança desses empreendedores teve forte queda. Mas a recuperação tem sido rápida.

A Sondagem de Micro e Pequenas Empresas, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que em maio o Índice de Confiança desse segmento de empresas

alcançou 93,5 pontos, o maior nível desde dezembro. Desde março, o crescimento foi de 11 pontos, sendo 5,4 entre abril e maio.

O Índice de Confiança resulta da combinação de medições relativas aos três principais segmentos em que atuam as empresas de menor porte, que são comércio, serviços e indústria de transformação. Todos vêm mostrando maior confiança, mas os melhores sinais de recuperação estão no comércio e nos serviços, mais duramente afetados na chegada da pandemia, em março do ano passado, e novamente em março deste ano, com o aumento das notificações de casos de contaminação pela covid-19.

Um ponto particularmente animador da pesquisa apontado pelo presidente do Sebrae, Carlos Melles, é a melhora da expectativa de geração de vagas nos próximos três meses, depois de meses de sinalização de demissão pelas empresas de pequeno porte.

“Uma das possíveis razões para o otimismo das MPES é o fato de que medidas restritivas têm sido flexibilizadas, além da possibilidade do aumento na oferta de vacinas para a população em geral”, diz o presidente do Sebrae.

Em maio, em particular, além do Dia das Mães, houve redução no número de mortes diárias pela covid-19. Também houve a manutenção do pagamento do auxílio emergencial, que impulsionou a demanda. Em dois meses, a confiança do comércio aumentou 22 pontos. A dos empreendedores do setor de serviços cresce um pouco menos, mas a recuperação é consistente, segundo o Sebrae.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO	RMF	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalho	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020		
				Maio	Até Maio
Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455	45.686
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Quantidade	39	13	19	2
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020		
				Abril	Até Abril
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051	6.750.217

Fonte: CIPP